

AGENTE DE APOIO - ADMINISTRATIVA

PROVA OBJETIVA
TIPO 1



SUA PROVA

Além deste caderno de questões contendo **60 (sessenta)** questões objetivas e **1 (uma)** Redação, você receberá do fiscal de sala o cartão de respostas e a folha de textos definitivos.

As questões objetivas têm **5 (cinco)** opções de resposta (A, B, C, D e E) e somente uma delas está correta.



TEMPO

- **4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos** é o período disponível para a realização da prova, **já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas** e o preenchimento da **folha de textos definitivos**.
- **3 (três) horas** após o início da prova, é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de questões nem qualquer tipo de anotação de suas respostas.
- **30 (trinta) minutos** antes do término do período de prova, é possível retirar-se da sala, **levando o caderno de questões**.



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova.
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala.
- Anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja este caderno de questões.



INFORMAÇÕES GERAIS

- Verifique se este caderno de questões está completo e sem falhas de impressão. Caso contrário, **notifique imediatamente o fiscal da sala**, para que sejam tomadas as devidas providências.
- No cartão de respostas e na folha de textos definitivos, confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade, e leia atentamente as instruções para preenchê-lo.
- **Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul.**
- Assine seu nome apenas no espaço reservado na folha de respostas e na folha de textos definitivos.
- Confira o tipo do seu caderno de questões. Caso tenha recebido caderno de questões com tipo diferente do impresso em seu cartão de respostas ou em sua folha de textos definitivos, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala.
- O preenchimento das respostas é de sua responsabilidade e não será permitida a substituição do cartão de respostas ou da folha de textos definitivos em caso de erro cometido por você.
- Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas no cartão de respostas e na folha de textos definitivos.
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas.

Boa prova!

Conhecimentos Básicos

Língua Portuguesa

1

O romance *São Bernardo*, de Graciliano Ramos é um registro de impressões pessoais do narrador. Ao iniciar a tarefa de escrever o romance, esse narrador pensava em dividi-la entre amigos, mas logo apareceram as dificuldades, como indica o seguinte trecho:

“O resultado foi um desastre. Quinze dias depois do nosso primeiro encontro, o redator do Cruzeiro apresentou-me dois capítulos datilografados, tão cheios de besteiras que me zanguei: — Vá para o inferno, Gondim. Você acanhou o troço. Está pernóstico, está safado, está idiota. Há lá ninguém que fale dessa forma!

Azevedo Gondim apagou o sorriso, engoliu em seco, apanhou os cacos da sua pequenina vaidade e replicou amuado que um artista não pode escrever como fala. — Não pode? perguntei com assombro. E por quê?

Azevedo Gondim respondeu que não pode porque não pode. — Foi assim que sempre se fez. A literatura é a literatura, seu Paulo. A gente discute, briga, trata de negócios naturalmente, mas arranjar palavras com tinta é outra coisa. Se eu fosse escrever como falo, ninguém me lia.”

Pode-se inferir da discussão entre o narrador e Azevedo Gondim que

- (A) para o narrador, a língua falada só deveria ser empregada na comunicação diária.
- (B) para Azevedo Gondim, a literatura deveria ser um espaço em que se valorizasse a norma culta.
- (C) para Azevedo Gondim, a língua utilizada na literatura deveria ser a linguagem do público leitor.
- (D) para o narrador, a literatura deveria empregar uma linguagem que se aproximasse da língua falada.
- (E) para o narrador e para Azevedo Gondim, o público leitor prefere a língua falada na literatura por ser de mais fácil compreensão.

2

Assinale a opção que apresenta a frase machadiana em que os termos sublinhados são antônimos.

- (A) Entretanto, vida diferente não quer dizer vida pior.
- (B) Em tudo, se o rosto é igual, a fisionomia é diferente.
- (C) O meu fim evidente era atar as duas pontas da vida, e restaurar na velhice a adolescência.
- (D) Naturalmente era gosto do tempo meter sabor clássico e figuras antigas em pinturas americanas.
- (E) Enfim, agora, como outrora, há aqui o mesmo contraste da vida interior, que é pacata, com a exterior, que é ruidosa.

3

Leia, com atenção, o primeiro período de um romance machadiano, a seguir.

“Uma noite destas, vindo da cidade para o Engenho Novo, encontrei no trem da Central um rapaz aqui do bairro, que eu conheço de vista e de chapéu.”

Assinale a opção que mostra uma observação inadequada sobre ele.

- (A) O pronome demonstrativo “destas” se refere a uma das noites anteriores e próximas cronologicamente.
- (B) Ao não especificar a “cidade” a que se refere, o narrador conta com o conhecimento de mundo do leitor, identificando a cidade do Rio de Janeiro.
- (C) Do mesmo modo, o narrador também conta com o conhecimento de mundo do leitor, ao não explicitar o termo “Central”.
- (D) Ao usar a expressão “aqui do bairro”, o narrador situa no bairro do Engenho Novo a escritura do texto.
- (E) Ao escrever que conhece o rapaz citado “de vista”, o narrador quer passar ao leitor a noção de intimidade entre os personagens.

4

Os segmentos a seguir, retirados do romance *Dom Casmurro* de Machado de Assis, mostram pronomes demonstrativos sublinhados.

Assinale a opção em que o pronome está corretamente empregado.

- (A) Ora, como tudo cansa, aquela monotonia de agora acabou por exaurir-me também.
- (B) A certos respeito, esta vida antiga aparece-me despida de muitos encantos que lhe achei.
- (C) Agora que expliquei o título, passo a escrever o livro. Antes daquilo, porém, digamos os motivos que me põem a pena na mão.
- (D) Os vizinhos, que não gostam dos meus hábitos reclusos e calados, deram curso à alcunha, que afinal pegou. Nem por aquilo me zanguei.
- (E) Eia, comecemos a evocação por uma célebre tarde de novembro, que nunca me esqueceu. Tive outras, melhores e piores, mas aquela nunca se me apagou do espírito.

5

Todas as frases a seguir, retiradas de romances machadianos, trazem, sublinhada, a preposição a.

Assinale a frase em que essa preposição tem seu sentido fundamental incorretamente indicado.

- (A) Tio Cosme acomodava as carnes, e a besta partia a trote. / Modo.
- (B) Padre que seja, se for vigário na roça, é preciso que monte a cavalo. / Meio.
- (C) Quem lhe impede que vá a outras partes? Vá aonde quiser, mas fique morando conosco. / Direção, movimento.
- (D) Contava muita vez uma viagem que fizera à Europa, e confessava que, a não sermos nós, já teria voltado para lá. / Tempo e circunstância.
- (E) José Dias amava os superlativos. Era um modo de dar feição monumental às ideias; não as havendo, servia a prolongar as frases. / Finalidade.

6

Os adjetivos possuem diversos valores semânticos, representando estados, características, qualidades.

Assinale a opção que apresenta a frase em que o adjetivo sublinhado tem valor de característica.

- (A) Não me atrevia, a descer à chácara, e passar ao quintal vizinho.
- (B) Mas todo esse cálculo foi obsuro e rápido, senti que não poderia falar claramente.
- (C) A emoção era doce e nova, mas a causa dela fugia-me, sem que eu a buscasse ou suspeitasse.
- (D) Parei na varanda; ia tonto, atordoado, as pernas bambas, o coração parecendo querer sair-me pela boca afora.
- (E) ... e acabava mandando aplicar-lhe umas sanguessugas ou dar-lhe um vomitório: era a terapêutica habitual do médico.

7

Algumas palavras, em sua utilização, mudam de classe gramatical. Assinale a frase em que o termo sublinhado mostra a mudança de adjetivo para advérbio.

- (A) Os gritos da multidão ecoavam forte na avenida em que se realizava a passeata.
- (B) Alguns deputados, corajosos, enfrentaram o presidente da casa no debate político.
- (C) As crianças, pálidas de susto, observavam espantadas a destruição do parque de diversões.
- (D) O moderno computador mostrava novas possibilidades para os usuários.
- (E) O show de música sertaneja encantou a plateia, com bastantes músicas inéditas.

8

Leia o fragmento a seguir.

“Não viajo sem livros, nem na paz, nem na guerra... Pois não se pode dizer o quanto eu me repouso e demoro nessa consideração de que eles estão ao meu lado para dar-me prazer quando preciso e em reconhecer quanta ajuda eles me trazem à vida. É a melhor provisão que tenho encontrado para esta humana viagem e sinto uma pena extrema das pessoas inteligentes que deles se privam.”

Sobre a significação ou a estruturação desse fragmento textual, assinale a afirmativa incorreta.

- (A) Segundo o texto, a leitura é uma atividade que auxilia e dá prazer ao ser humano.
- (B) Com a expressão “nem na paz, nem na guerra”, o autor quer indicar todas as circunstâncias da vida.
- (C) Os livros são a melhor “provisão”, porque atendem ao que é previsto numa viagem.
- (D) A expressão “humana viagem” corresponde à vida humana.
- (E) O pronome “deles” se refere coesivamente aos livros.

9

Assinale a opção que indica a frase que aborda os livros integralmente por aspectos positivos.

- (A) Não há livro tão mau que não tenha algo de bom.
- (B) Que nunca o livro fique longe de tua mão e de teus olhos.
- (C) Livros têm levado algumas pessoas ao saber, outras à insânia.
- (D) Nenhum livro é tão ruim que, sob algum aspecto, não tenha utilidade.
- (E) Um livro pode ser divertido com muitos erros, ou muito enfadonho sem um único absurdo.

10

O cronista Fernando Sabino escreveu a seguinte frase sobre o poema *Os Lusíadas*, de Luís de Camões:

“Os Lusíadas se tornou para nós um pesadelo, porque ninguém sabia onde o diabo escondia o sujeito da oração naqueles versos retorcidos.”

Sobre a significação ou a estruturação desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronome “nós” se refere aos brasileiros em geral.
- (B) A crítica do autor se dirige ao mau aproveitamento didático do poema.
- (C) A expressão “versos retorcidos” trazem um elogio aos versos camonianos.
- (D) O aspecto negativo do poema, segundo Fernando Sabino, estava na dificuldade de ler poesia.
- (E) A frase destaca a dificuldade de identificar os sujeitos ocultos ou compostos nas frases do poema.

11

Na Segunda Guerra Mundial, ficou famosa a seguinte declaração:

“Não esmoreceremos, nem falharemos. Lutaremos na França, lutaremos nos mares e nos oceanos, lutaremos no ar com confiança crescente, defenderemos nossa ilha, custe o que custar, lutaremos nas praias, lutaremos nos campos de pouso, lutaremos nos campos e nas ruas, lutaremos nas colinas: jamais capitularemos.”

Sir Winston Churchill, 1º ministro da Inglaterra. (1940)

Sobre a significação ou a estruturação desse texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) A forma verbal, na pessoa “nós”, refere-se a todos os aliados envolvidos na guerra.
- (B) A frase “lutaremos nos mares e nos oceanos” abrange combates em terra e no mar.
- (C) A frase “lutaremos nos campos e nas ruas” indica a totalidade dos lugares de batalhas.
- (D) A finalidade da declaração de Churchill é a de indicar aos ingleses as dificuldades da guerra contra os nazistas.
- (E) A frase inicial “Não esmoreceremos, nem falharemos.” repete-se na última frase do texto “jamais capitularemos.”

12

Observe a seguinte frase do Marquês de Maricá:

“Quando vemos um homem moço sustentar obstinado uma opinião menos razoável, devemos desculpá-lo, na certeza de que com os anos há de defender talvez com o mesmo calor e veemência a opinião contrária desaprovada e combatida.”

Nessa frase, a palavra “mesmo” está empregada em lugar de “igual”; assinale a opção em que o mesmo significado aparece.

- (A) O deputado repetiu as mesmas palavras do discurso anterior.
- (B) Usei o mesmo pente de sempre para escovar o pelo do meu cachorro.
- (C) O professor citou a mesma passagem do romance que eu coloquei na prova.
- (D) Os convidados do banquete comeram hoje os mesmos pratos do banquete da semana passada.
- (E) Os noivos usaram as mesmas roupas dos primos, emprestadas após o último casamento.

13

Leia a frase a seguir.

“Se os mortos ressuscitassem e vissem o nosso mundo como anda, morreriam de novo e imediatamente. Mas, desta vez, de susto.”

Sobre os termos da frase acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A palavra “Se”, no início da frase, indica condição.
- (B) As formas verbais “ressuscitassem” e “vissem” possuem o mesmo sujeito “os mortos”.
- (C) A forma verbal “anda” atribui uma ação humana a “mundo”.
- (D) A palavra “Mas” traz a ideia de oposição.
- (E) O termo “de susto” indica a causa da nova morte.

14

Leia o texto a seguir.

“Não podemos ser homens livres enquanto este for, por nossa escolha nacional, um país de escravidão. Os que negam liberdade aos outros, não a merecem para si mesmos.”

Abraham Lincoln, 16º Presidente dos Estados Unidos (1861/1865)

Sobre as ligações coesivas desse pequeno texto, assinale a afirmativa correta.

- (A) O pronome demonstrativo “este” se refere a “homens livres”.
- (B) O pronome demonstrativo “Os” se refere a “que negam liberdade aos outros”.
- (C) O pronome indefinido “outros” se refere a “homens livres”.
- (D) O pronome pessoal “a” se refere a “escolha nacional”.
- (E) O pronome pessoal “si mesmos” se prende, semanticamente a um termo oculto, “escravos”.

15

Assinale a opção que apresenta a frase que mostra a presença de palavras sinônimas.

- (A) Nem esperança, nem socorro, nem remédio.
- (B) A esperança é um bom desjejum, mas um mau jantar.
- (C) A verdadeira esperança é veloz e voa com asas ligeiras.
- (D) A duração breve de nossa vida proíbe-nos de alimentar uma esperança longa.
- (E) A esperança é um alimento de nossa alma, ao qual sempre se mistura o veneno do medo.

Raciocínio Lógico-matemático

16

Um profissional de audiovisual precisa de 3 dias, trabalhando 4 horas por dia, para editar e legendar 5 horas de gravação bruta.

Considerando que sua produtividade de trabalho por hora permanece constante, para realizar esse mesmo serviço integralmente em apenas 2 dias, a sua jornada diária de trabalho deverá ser de

- (A) 5 horas.
- (B) 5 horas e 30 minutos.
- (C) 6 horas.
- (D) 6 horas e 30 minutos.
- (E) 8 horas.

17

Em uma caixa, há apenas uma bola azul, duas bolas pretas e N bolas brancas. Se uma dessas bolas for retirada ao acaso dessa caixa, a probabilidade de que seja preta é 25%.

O valor de N é um número

- (A) menor que 6.
- (B) maior que 5 e menor que 8.
- (C) maior que 7 e menor que 10.
- (D) maior que 9 e menor que 12.
- (E) maior que 11.

18

Um supermercado vende pacotes de lentilha e pacotes de grão-de-bico. Dois pacotes de lentilha e um pacote de grão-de-bico totalizam 1100 gramas. Um pacote de lentilha e dois pacotes de grão-de-bico totalizam 1150 gramas.

Se o peso dos pacotes de lentilha é único, assim como o peso dos pacotes de grão-de-bico, é correto afirmar que, juntando-se um pacote de cada produto, obtém-se um total de

- (A) 650 gramas
- (B) 675 gramas.
- (C) 700 gramas.
- (D) 725 gramas.
- (E) 750 gramas.

19

A tabela a seguir apresenta o faturamento de uma sociedade empresária nos primeiros quatro meses de 2026.

Janeiro	R\$ 10.000,00
Fevereiro	R\$ 12.000,00
Março	R\$ 13.000,00
Abril	R\$ 12.000,00

Para que a média mensal do faturamento dos cinco primeiros meses de 2026 seja a mesma da dos quatro primeiros meses, o faturamento de maio deve ser de

- (A) R\$ 11.000,00.
- (B) R\$ 11.250,00.
- (C) R\$ 11.500,00.
- (D) R\$ 11.750,00.
- (E) R\$ 12.000,00.

20

Uma embalagem de sardinha em conserva tem, ao todo, 175 gramas. Sabe-se que 20% desse valor corresponde exclusivamente ao material usado na embalagem. O restante é composto somente por sardinha e azeite.

Sabendo que a quantidade de azeite é de 30 gramas, é correto concluir que à sardinha correspondem

- (A) 105,0 g.
- (B) 110,0 g.
- (C) 112,0 g.
- (D) 115,0 g.
- (E) 117,5 g.

Conhecimentos Específicos

21

No âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, foram praticados determinados atos de ordenação de despesas que, como constatado pela Chefia Institucional, deveriam ser analisados pelo controle interno, na perspectiva de sua legalidade, legitimidade e economicidade.

Consoante a sistemática estabelecida pela Lei Complementar estadual nº 95/1997, é correto afirmar que o referido controle é realizado

- (A) pelo Tribunal de Contas.
- (B) pela Assembleia Legislativa.
- (C) pela Assessoria de Controle Interno.
- (D) pela Assessoria de Auditoria Interna e Controle.
- (E) pela Assessoria de Controle, Auditoria e Economicidade.

22

Maria, recém-empossada como servidora ocupante de cargo de provimento efetivo do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, encaminhou dois expedientes para estruturas classificadas como órgãos de execução pela Lei Complementar estadual nº 95/1997. É correto afirmar que Maria pode ter encaminhado os expedientes para

- (A) o Procurador-Geral de Justiça e para uma Promotoria de Justiça.
- (B) o Colégio de Procuradores de Justiça e para uma Procuradoria de Justiça.
- (C) o Núcleo de Atuação Institucional Especializada e para um Promotor de Justiça.
- (D) a Ouvidoria do Ministério Público e para a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (E) o Conselho Superior do Ministério Público e para um Subprocurador-Geral de Justiça.

23

A Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo recebeu proposição legislativa direcionada à promoção de alterações no órgão colegiado que, nos termos da Constituição Estadual, instrumentaliza a atuação do Estado na defesa do consumidor, juntamente com a política estadual de defesa do consumidor e o sistema estadual.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela ordem constitucional estadual, é correto afirmar que o referido órgão colegiado

- (A) possui personalidade jurídica de direito privado.
- (B) desempenha funções consultivas, não deliberativas.
- (C) não integra o sistema estadual de defesa do consumidor.
- (D) está integrado ao Ministério Público do Estado do Espírito Santo.
- (E) deve ter composição paritária, entre representantes de órgãos públicos e de entidades da sociedade civil.

24

A atuação funcional de determinado Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, empossado no cargo há doze meses, contrariou os interesses de importante grupo econômico.

À luz desse quadro, representantes desse grupo passaram a afirmar, veladamente, que o referido membro poderia perder o seu cargo a qualquer momento.

Com base na situação descrita, considerando a sistemática estabelecida na Constituição do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que

- (A) o referido Promotor de Justiça, por ter a garantia da vitaliciedade, não pode perder o cargo.
- (B) o referido Promotor de Justiça, por ter a garantia da vitaliciedade, somente pode perder o cargo por sentença judicial transitada em julgado.
- (C) o referido Promotor de Justiça, somente pode perder o cargo pela conjunção de vontades de órgãos do Ministério Público e do Poder Judiciário.
- (D) não é necessária sentença judicial transitada em julgado para perda do cargo, uma vez que o referido Promotor de Justiça não tem a garantia vitaliciedade.
- (E) o referido Promotor de Justiça, por não ter a garantia da vitaliciedade, a exemplo de qualquer membro do Ministério Público, pode perder o cargo em processo administrativo disciplinar.

25

João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, após preencher os requisitos exigidos, passou a ter a sua remuneração fixada com base no escalonamento do cargo efetivo, representado por letra, no mesmo grupo de referências salariais de um cargo efetivo da carreira.

Com base no caso apresentado, é correto afirmar que a remuneração foi fixada com base

- (A) no nível.
- (B) na classe.
- (C) no padrão.
- (D) na carreira.
- (E) no padrão de referência.

26

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, foi informada por uma colega sobre a possibilidade de ambas terem a sua jornada de trabalho estendida em até 2 (duas) horas de serviço extraordinário.

Considerando os termos dessa narrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) O trabalho extraordinário fará a jornada ultrapassar o limite de 44 (quarenta e quatro) horas semanais de trabalho ordinário.
- (B) A decisão sobre o trabalho extraordinário foi tomada pela chefia imediata, o que independe de autorização prévia da chefia institucional.
- (C) As horas que excedam a jornada ordinária, em decorrência de situações excepcionais e de necessidade imediata, acarretam o direito subjetivo à folga no dia imediato.
- (D) As horas que excedam a jornada ordinária, em determinadas hipóteses, podem ser compensadas pela correspondente diminuição em dias subsequentes, não sendo remuneradas.
- (E) A não remuneração das horas extraordinárias, nos termos de ato expedido pelo Procurador-Geral de Justiça, acarretará o direito à sua contagem em dobro para fins de aposentadoria.

27

Maria informou à sua colega Antônia que fora promovida horizontalmente na carreira técnica operacional, considerando ser ocupante do cargo de agente especializada no âmbito do Ministério Público do Estado do Espírito Santo.

Antônia, então, concluiu que:

- I. Maria atingiu o quantitativo mínimo de pontos estabelecido para o conjunto dos fatores de avaliação.
- II. Maria não teve avanço na carreira por processo de promoção por um período mínimo de 2 (dois) anos.
- III. Maria foi avaliada exclusivamente com base no fator desempenho.

Em relação às 3 conclusões de Antônia, à luz da sistemática vigente, é correto afirmar que

- (A) todas estão certas.
- (B) apenas a conclusão I está certa.
- (C) apenas a conclusão II está certa.
- (D) apenas as conclusões I e III estão certas.
- (E) apenas as conclusões II e III estão certas.

28

João coletou dados pessoais de diversas pessoas, classificando-os, arquivando-os e avaliando-os, com o objetivo de estabelecer certos padrões que influenciariam na realização de fins exclusivamente particulares, sem nenhum objetivo econômico.

A autoridade competente, ao analisar a conduta de João à luz da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), concluiu, corretamente, que esse diploma normativo

- (A) não é aplicável a João.
- (B) somente não é aplicável a João caso ele tenha atuado como jornalista.
- (C) é aplicável a João, sendo que sua conduta deve ser considerada lícita caso o tratamento não tenha alcançado dados pessoais sensíveis.
- (D) é aplicável a João, considerando que ele promoveu o tratamento de dados pessoais, sendo a conduta lícita caso os dados tenham sido anonimizados.
- (E) é aplicável a João, considerando que ele promoveu o tratamento de dados pessoais, sendo a conduta ilícita caso realizada sem a autorização dos titulares dos dados.

29

Por ocasião da elaboração do Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Espírito Santo para determinado período, foi identificada, pelo órgão competente, a necessidade de ser elaborada uma ação temporária de baixa complexidade, com início, meio e fim determinados, empreendida para criar um produto ou um serviço para a instituição.

À luz da sistemática vigente, a referida ação consubstancia um(a)

- (A) projeto.
- (B) portfólio.
- (C) programa.
- (D) iniciativa.
- (E) plano de atuação.

30

João, Pedro e Maria, servidores do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, atuam, respectivamente, junto a estruturas com nível hierárquico de direção superior, de gerência e de execução.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que a atuação de João, Pedro e Maria pode ocorrer, respectivamente, junto

- (A) à Procuradoria-Geral de Justiça, à Gerência Geral e a uma Subprocuradoria-Geral de Justiça.
- (B) à Corregedoria-Geral do Ministério Público, a uma Procuradoria de Justiça e a uma Promotoria de Justiça.
- (C) ao Conselho Superior do Ministério Público, à Procuradoria-Geral de Justiça e à Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- (D) ao Colégio de Procuradores de Justiça, ao Conselho Superior do Ministério Público e a uma Subprocuradoria-Geral de Justiça.
- (E) a uma Subprocuradoria-Geral de Justiça, ao Colégio de Procuradores de Justiça e ao Conselho Superior do Ministério Público.

31

Pedro ingressou com representação no Ministério Público alegando que lhe fora negado pelo Poder Público o exercício de um direito que exigia, como um dos requisitos a serem preenchidos, a condição de brasileiro, o que ele entendia ter preenchido. Afinal, nasceu no território espanhol quando seus pais, brasileiros naturalizados, ali residiam a serviço de uma sociedade empresária multinacional, tendo decidido ingressar no território brasileiro e aqui fixar residência há três meses, logo após atingir a maioridade.

Ao analisar o caso, o Promotor de Justiça constatou, corretamente, que Pedro é

- (A) brasileiro nato.
- (B) brasileiro naturalizado.
- (C) brasileiro nato, caso não tenha adquirido a nacionalidade espanhola.
- (D) estrangeiro, mas se tornará brasileiro nato caso opte por essa nacionalidade.
- (E) estrangeiro, dependendo do processo de naturalização para adquirir a nacionalidade brasileira.

32

Foi constatada a existência de uma grande quantidade de águas subterrâneas em depósito, na localidade X, o que decorreu de causas naturais.

Em razão dessas circunstâncias, surgiram dúvidas em relação ao ente federativo que iria titularizar esse bem, com reflexos na forma como poderia ser explorado.

É correto afirmar que o referido bem, na perspectiva constitucional,

- (A) pertence à União.
- (B) pertence ao Estado.
- (C) pertence ao Município.
- (D) é de uso comum do povo, não pertencendo a nenhum ente federativo em particular.
- (E) pertence a todos os entes federativos, que devem promover a sua gestão compartilhada.

33

Pedro se encontra em situação de vulnerabilidade social e faz jus a determinado valor assegurado pelo Poder Público em programa de transferência de renda.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República em relação ao direito social a ser fruído por Pedro, é correto afirmar que

- (A) se trata de programa temporário.
- (B) o programa apresenta contornos previdenciários, tendo caráter contributivo.
- (C) a renda básica recebida por Pedro é compreendida na perspectiva individual, não familiar.
- (D) as normas e os requisitos de acesso são determinados em lei, não decorrendo diretamente da ordem constitucional.
- (E) não deve ser observada a legislação fiscal e orçamentária, pois o valor recebido está relacionado à dignidade humana.

34

Em razão da mora do Poder Legislativo na regulamentação do Art. X da Constituição Estadual, o Governador do Estado decidiu disciplinar a matéria por meio do Decreto nº Y, que reproduziu o inteiro teor do projeto de lei que encaminhara à Assembleia Legislativa, ainda pendente de apreciação.

Ao tomar conhecimento da edição do Decreto nº Y, o Presidente da Assembleia Legislativa afirmou que esse ato normativo usurpara a competência do Poder Legislativo, afrontando, com isso, a separação dos poderes.

Em relação às medidas passíveis de serem adotadas pela Assembleia Legislativa, por sua estrutura competente, assinale a afirmativa correta.

- (A) A Assembleia Legislativa pode sustar o Decreto nº Y.
- (B) A Assembleia Legislativa pode decretar a nulidade do Decreto nº Y.
- (C) A edição do Decreto nº Y decorreu da mora da própria Assembleia Legislativa, não apresentando vício.
- (D) O Governador do Estado deve ser instado a revogar o Decreto nº Y, sob pena de caracterização de crime de responsabilidade.
- (E) A alegada afronta à separação dos poderes deve ser submetida ao Poder Judiciário, não sendo possível que a Assembleia Legislativa se arvore em juiz do caso.

35

Johan, de nacionalidade alemã, era casado com Maria, de nacionalidade brasileira, sendo ambos genitores de Priscilla, também de nacionalidade brasileira. A família residia na Alemanha, mas, após o falecimento de Johan, passaram a residir no Brasil.

Considerando que Johan deixou bens na Alemanha e no Brasil, é correto afirmar, em relação a esses últimos que, para fins de sucessão,

- (A) é possível que Maria e Priscilla optem pela lei brasileira ou pela lei alemã.
- (B) deve ser sempre aplicada a lei alemã, considerando a nacionalidade de Johan.
- (C) deve ser aplicada a lei brasileira, caso Priscilla ainda não tenha atingido a maioridade civil.
- (D) deve ser aplicada a lei brasileira, caso a lei alemã não seja mais favorável a Maria e a Priscilla.
- (E) deve ser sempre aplicada a lei brasileira, considerando a nacionalidade de Maria e de Priscilla.

36

O Ministério Público do Estado *Alfa*, em razão de uma pane no seu sistema de informática, deixou de encaminhar sua proposta orçamentária ao órgão competente, no prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias (LDO).

Na situação descrita, é correto afirmar que

- (A) o não encaminhamento da proposta importará na utilização dos valores já incorporados à lei orçamentária em vigor.
- (B) o não encaminhamento da proposta impedirá a apreciação da temática orçamentária, pela Assembleia Legislativa, em relação ao Ministério Público.
- (C) o Poder Executivo deve considerar, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores da lei orçamentária vigente, ajustados com os limites da LDO.
- (D) o Poder Legislativo deve considerar, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores da lei orçamentária vigente, ajustados pela inflação do período.
- (E) o Ministério Público deve encaminhar a proposta à Comissão de Orçamento e Finanças da Assembleia Legislativa, acompanhada de justificativa para a inobservância do prazo.

37

O Ministério Público do Estado *Beta*, por seu órgão de execução com atribuição, recebeu a informação de que determinado serviço de relevância pública vinha sendo prestado com inobservância dos direitos assegurados pela ordem constitucional.

Por essa razão, instaurou inquérito civil e, no curso desse expediente, requisitou informações da autoridade situada no nível hierárquico mais elevado, além de notificar alguns agentes públicos para que comparecessem em seu gabinete com o objetivo de prestar esclarecimentos.

Sobre a situação descrita, consoante a Constituição da República, assinale a afirmativa correta.

- (A) A notificação para comparecimento é de atendimento facultativo.
- (B) A matéria deveria ser apurada em inquérito policial, não em inquérito civil.
- (C) As requisições e notificações devem ser expedidas na forma da lei complementar.
- (D) O usuário do serviço deve adotar as medidas necessárias à observância dos seus direitos, não o Ministério Público.
- (E) A supervisão do inquérito civil é de competência do Poder Judiciário, que deve analisar previamente as requisições e as notificações a serem encaminhadas.

38

Maria, prefeita do Município *Sigma*, promoveu a contratação direta de sociedade empresária local para prestação de serviços de publicidade institucional, destinados à divulgação de atos oficiais, por entender que a medida encontrava amparo legal e atendia ao interesse público de fomentar o desenvolvimento econômico local.

O contrato foi celebrado por valores superiores aos praticados no mercado, circunstância que motivou o Ministério Público a ajuizar ação civil pública, sustentando a ocorrência de direcionamento da contratação e de dano ao erário, com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Sobre o caso apresentado, considerando o regime jurídico vigente da improbidade administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Maria cometeu ato de improbidade administrativa por causar prejuízo ao erário, sendo suficiente a demonstração de que a contratação ocorreu por valores superiores aos de mercado.
- (B) Maria praticou ato de improbidade administrativa por violação aos princípios da Administração Pública, independentemente da demonstração de dolo ou de prejuízo ao erário.
- (C) Maria não praticou ato de improbidade administrativa, pois, embora tenha agido com dolo, sua conduta não se enquadra em nenhuma das hipóteses legais previstas na Lei nº 8.429/1992.
- (D) Maria não praticou ato de improbidade administrativa, pois a configuração do ilícito exige a demonstração de dolo, não sendo suficiente a mera alegação de irregularidade ou de resultado economicamente desfavorável.
- (E) Maria praticou ato de improbidade administrativa, uma vez que agiu com culpa ao realizar contratação direta sem observar critérios de economicidade, ainda que não tenha pretendido causar dano à Administração.

39

Uma sociedade empresária vencedora de licitação promovida pelo Estado *Alfa* passou a ser investigada por suposta participação em conluio destinado a fraudar o caráter competitivo do certame.

Os fatos indicam que a conduta pode ser enquadrada tanto como *infração administrativa* prevista na Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), quanto como *ato lesivo* tipificado na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), surgindo dúvida quanto ao procedimento administrativo aplicável.

Sobre o caso narrado, considerando o regime jurídico vigente à luz do disposto na Lei nº 14.133/2021, assinale a afirmativa correta.

- (A) O procedimento aplicável será o previsto na Lei nº 14.133/2021, por se tratar de norma especial e posterior em relação à Lei nº 12.846/2013 no que se refere às infrações praticadas no âmbito de licitações e contratos administrativos.
- (B) O procedimento aplicável será o previsto na Lei nº 12.846/2013, uma vez que a Lei nº 14.133/2021 estabelece que, quando a mesma conduta configurar, simultaneamente, infração administrativa e ato lesivo à Administração Pública, a apuração e o julgamento ocorrerão de forma conjunta.
- (C) Cada infração deverá ser apurada em procedimento administrativo próprio, assegurada a autonomia entre os regimes sancionatórios previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 12.846/2013.
- (D) O procedimento aplicável deverá observar o rito da Lei nº 14.133/2021, sendo a Lei nº 12.846/2013 aplicável apenas de forma subsidiária, em razão da autonomia entre os regimes sancionatórios administrativos.
- (E) Na ausência de previsão expressa, a Administração deverá instaurar procedimento administrativo específico, distinto dos regimes previstos nas Leis nº 14.133/2021 e nº 12.846/2013.

40

João, governador do Estado X, determinou a concessão de determinado benefício administrativo a um grupo específico de servidores, sem que houvesse previsão legal específica autorizando tal medida, afirmando que sua conduta estaria em conformidade com o princípio da legalidade, uma vez que não existia vedação expressa na legislação.

À luz do *princípio da legalidade*, no âmbito do Direito Administrativo, é correto afirmar que João

- (A) não está correto, pois, o princípio da legalidade impõe que a Administração Pública somente aja quando houver autorização legal expressa, não sendo suficiente a ausência de proibição.
- (B) está correto, pois o princípio da legalidade permite a prática de condutas que não sejam expressamente proibidas pela lei.
- (C) está correto, pois o princípio da legalidade funciona como limite ao poder estatal, impedindo apenas a prática de atos contrários à lei.
- (D) não está correto, mas apenas porque a concessão do benefício viola o princípio da moralidade administrativa, sendo irrelevante a existência ou não de autorização legal.
- (E) está correto, pois os atos praticados pela Administração Pública gozam de presunção de legitimidade, dispensando autorização legal prévia específica.

41

Em licitação regida pela Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações), a Administração Pública, ao julgar propostas para o fornecimento de equipamentos, sob o critério de menor preço, optou por contratar uma sociedade empresária cuja proposta apresentava custo inicial superior à das demais.

A decisão levou em consideração, conforme critérios previamente estabelecidos no edital, fatores relacionados ao desempenho do objeto ao longo de sua vida útil, tais como eficiência energética, custos de manutenção e impacto ambiental.

Sobre o caso narrado, considerando o princípio do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações públicas, assinale a afirmativa correta.

- (A) A escolha é irregular, pois a Administração deve necessariamente selecionar a proposta de menor preço, sendo vedada a consideração de fatores não diretamente vinculados ao custo inicial do objeto.
- (B) A decisão viola o princípio da isonomia, uma vez que a consideração de critérios relacionados ao impacto ambiental pode favorecer licitantes que adotem determinadas tecnologias.
- (C) A escolha é compatível com o regime jurídico das licitações, desde que os critérios considerados estejam previstos no edital e sejam passíveis de avaliação objetiva.
- (D) A consideração de aspectos relacionados ao desempenho do objeto ao longo do tempo somente é admitida como critério secundário, não podendo influenciar diretamente o julgamento das propostas.
- (E) O princípio do desenvolvimento sustentável autoriza a Administração a adotar critérios não previstos no edital, desde que voltados à redução de impactos ambientais.

42

Durante procedimento licitatório regido pela Lei nº 14.133/2021, a comissão de contratação decidiu desclassificar determinada proposta, consignando, por remissão, que a decisão se fundamentava *“nas razões constantes do parecer técnico juntado aos autos”*.

O referido parecer, contudo, limitava-se a afirmar, de forma genérica, que a proposta não atendia às exigências do edital, sem indicar quais requisitos teriam sido descumpridos nem apontar os elementos concretos capazes de demonstrar a alegada desconformidade.

Considerando que a desclassificação envolveu juízo técnico da Administração quanto à adequação da proposta, à luz da teoria dos atos administrativos, assinale a afirmativa correta.

- (A) É dispensável a explicitação formal da motivação, desde que exista o motivo, consistente na situação de fato ou de direito que autoriza a prática do ato, consubstanciado, no caso concreto, em parecer técnico que indica o descumprimento do edital.
- (B) Em procedimentos licitatórios, a exigência de motivação pode ser relativizada em razão da supremacia do interesse público, admitindo-se fundamentação genérica quando a decisão se mostrar compatível com as finalidades da licitação.
- (C) Tratando-se de decisão baseada em juízo técnico no âmbito de procedimento competitivo, a motivação pode ser implícita, desde que o contexto do processo administrativo permita inferir as razões que conduziram à desclassificação da proposta.
- (D) Ainda que discricionário, o ato de desclassificação exige motivação adequada, sob pena de invalidade, pois a ausência de fundamentos claros impede o controle de legalidade e o exercício do contraditório e da ampla defesa.
- (E) A adoção de parecer técnico como fundamento decisório transfere ao órgão consultivo a responsabilidade pela motivação do ato, tornando dispensável a explicitação das razões pela autoridade competente.

43

Sobre a organização administrativa, assinale a afirmativa correta.

- (A) Órgãos públicos, como ministérios e secretarias, possuem personalidade jurídica própria, podendo ser demandados judicialmente para responder por prejuízos causados por seus agentes.
- (B) A concentração é a técnica de organização administrativa predominante no Brasil, caracterizando-se pela inexistência de distribuição interna de competências no âmbito da Administração Pública.
- (C) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista não integram a Administração Pública, por serem pessoas jurídicas dotadas de autonomia administrativa e patrimonial.
- (D) As entidades federativas são caracterizadas pela especialização de competências, enquanto as entidades da Administração Indireta são necessariamente multicompetenciais.
- (E) A Presidência da República e a Mesa do Senado Federal são exemplos de órgãos públicos que, embora desprovidos de personalidade jurídica, detêm capacidade processual especial, restrita à defesa de suas prerrogativas institucionais em juízo.

44

Júlio foi aprovado em concurso público e nomeado para ocupar cargo público efetivo em uma fundação pública integrante da Administração Indireta do Estado do Espírito Santo, percebendo remuneração paga pelos cofres públicos estaduais.

Em razão de seu vínculo funcional, surgiu dúvida quanto à correta identificação de sua condição jurídica para fins de aplicação do regime disciplinar e de eventuais deveres funcionais.

Sobre o caso apresentado, à luz da Lei Complementar nº 46/1994, assinale a afirmativa correta.

- (A) Júlio é agente público e servidor público, submetendo-se ao Regime Jurídico Único (RJU) dos servidores civis do Estado do Espírito Santo, inclusive quanto aos deveres funcionais e à responsabilização administrativa.
- (B) Júlio, apesar de investido em cargo efetivo em fundação pública, deve ser considerado empregado público, submetendo-se ao regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em razão da personalidade jurídica própria da entidade.
- (C) Júlio, embora ocupante de cargo público efetivo em fundação pública estadual, não se submete ao Regime Jurídico Único previsto na LC nº 46/1994, pois esse regime alcança apenas a Administração Direta.
- (D) Júlio se submete ao regime jurídico da LC nº 46/1994 apenas quanto a direitos e vantagens, mas não quanto ao regime disciplinar, que deve ser definido em regulamento interno da fundação pública.
- (E) Júlio, embora submetido ao RJU, não pode ser responsabilizado administrativamente mediante processo disciplinar, estando submetido apenas à responsabilização civil e penal.

45

Andreia é proprietária de um restaurante que vem obtendo grande sucesso. Mesmo sem o devido alvará de funcionamento, passou a dispor mesas e cadeiras em via pública, a fim de ampliar o atendimento ao público.

Diante da irregularidade, a Administração Pública adotou, sucessivamente, as medidas a seguir.

- I. Determinou a cessação da conduta irregular;
- II. Aplicou multa administrativa; e
- III. Promoveu a interdição do estabelecimento e a remoção das mesas e cadeiras.

Considerando o exposto, assinale a opção que indica, na ordem correta, os atributos do ato administrativo evidenciados em cada uma dessas atuações.

- (A) Exigibilidade; coercibilidade; e autoexecutoriedade.
- (B) Imperatividade; exigibilidade; e autoexecutoriedade.
- (C) Autoexecutoriedade; exigibilidade; e coercibilidade.
- (D) Imperatividade; coercibilidade; e exigibilidade.
- (E) Imperatividade; autoexecutoriedade; e coercibilidade.

46

A unidade de protocolo de um órgão público adotou um novo sistema de numeração e registro de documentos, reduzindo o tempo médio de autuação de 15 para 4 minutos. Contudo, os processos continuavam sendo encaminhados ao setor errado, gerando retrabalho e atraso na resposta ao cidadão.

Considerando os conceitos de eficiência, eficácia e efetividade, a situação descrita ilustra uma gestão

- (A) eficiente, mas não eficaz.
- (B) eficaz, mas não eficiente.
- (C) efetiva, mas não eficiente.
- (D) ineficiente e ineficaz.
- (E) eficiente e eficaz, mas não efetiva.

47

Um servidor do setor administrativo recebeu a tarefa de redigir um ofício em nome do órgão público.

Ao elaborar o documento, ficou em dúvida sobre quem, de fato, figura como emissor da comunicação oficial e sobre quais assuntos poderiam ser nele tratados.

Com base nos princípios que regem a redação oficial, assinale a afirmativa correta.

- (A) O emissor da comunicação oficial é o servidor que assina o documento, sendo o conteúdo definido por sua competência técnica individual.
- (B) O documento oficial pode abordar qualquer assunto de interesse público, independentemente das atribuições legais do órgão que o expede.
- (C) A padronização da linguagem oficial admite adaptações de estilo pelo redator, desde que o tom formal seja preservado ao longo do texto.
- (D) Nas comunicações oficiais, o emissor é sempre o serviço público, e o conteúdo deve restringir-se a assuntos pertinentes às atribuições do órgão.
- (E) O destinatário de um documento oficial é necessariamente outro órgão público, sendo vedada a comunicação direta com o cidadão ou entidades privadas.

48

Ao organizar o arquivo de sua unidade, um servidor do setor administrativo identificou três conjuntos de documentos: o primeiro reúne processos em andamento e contratos vigentes, consultados diariamente pela equipe; o segundo contém documentos encerrados que ainda não tiveram sua destinação final definida; e o terceiro abriga registros históricos da instituição, preservados em caráter definitivo.

De acordo com a terminologia arquivística, o primeiro conjunto descrito corresponde ao arquivo

- (A) permanente, pois seus documentos possuem valor histórico e são preservados indefinidamente.
- (B) intermediário, pois reúne documentos de uso frequente vinculados às atividades em curso do órgão.
- (C) iconográfico, pois a classificação dos documentos leva em conta o suporte e o formato em que foram produzidos.
- (D) especial, pois os documentos contratuais exigem tratamento diferenciado em razão de sua natureza jurídica.
- (E) corrente, pois abriga documentos de valor primário, objeto de consulta frequente e necessários às atividades rotineiras da instituição.

49

O setor de almoxarifado de um órgão público realiza periodicamente o levantamento do consumo de materiais de expediente.

A análise dos dados revelou que poucos materiais de expediente, como papel A4, *toner* e canetas, respondem pela maior parte do valor total consumido, enquanto a maioria dos itens representa gasto relativamente baixo.

Para organizar essa informação e priorizar o controle sobre os itens de maior impacto financeiro, o gestor deve utilizar

- (A) o Sistema Kanban, que sinaliza visualmente o momento de reposição dos itens do estoque.
- (B) o Just in Time (JIT), que orienta a aquisição de materiais somente no momento em que serão utilizados.
- (C) o Método PEPS, que determina a ordem de saída dos materiais do estoque com base na data de entrada.
- (D) o Lote Econômico de Compra (LEC), que calcula a quantidade ideal a ser adquirida em cada pedido para minimizar custos.
- (E) a Curva ABC, que classifica os itens do estoque conforme sua representatividade no valor total consumido em determinado período.

50

Um servidor público responsável pela triagem de processos administrativos, ao verificar que um dos requerentes era seu vizinho, decidiu dar prioridade à análise do pedido dele, antecipando-o na fila de espera. Ao ser questionado, justificou sua conduta afirmando que o vizinho era pessoa honesta e merecia tratamento diferenciado.

De acordo com o Art. 37 da Constituição Federal de 1988, assinale a opção que indica o princípio que foi violado pela conduta do servidor.

- (A) Publicidade, pois a decisão de priorizar o requerente não foi comunicada oficialmente aos demais interessados.
- (B) Legalidade, pois não existe norma legal que autorize a concessão de prioridade com base em critérios pessoais.
- (C) Impessoalidade, pois houve favorecimento pessoal incompatível com a atuação imparcial exigida do agente público.
- (D) Eficiência, pois a alteração da ordem da fila comprometeu o desempenho do setor e o tempo de resposta aos demais usuários.
- (E) Nenhum princípio foi violado, pois o servidor agiu de boa-fé e a Constituição não veda o tratamento diferenciado em situações justificadas.

51

O Decreto nº 1.171/1994 estabeleceu o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal e prevê deveres, vedações e obrigações que orientam a conduta do servidor no exercício de suas funções.

Assinale a opção que apresenta a conduta expressamente vedada pelo Código de Ética.

- (A) Atender com presteza e urbanidade os cidadãos que procuram o órgão, mesmo quando a demanda não for de sua competência direta.
- (B) Usar materiais e equipamentos do órgão público para execução de serviços particulares, ainda que fora do horário de expediente.
- (C) Comunicar irregularidades de que tome conhecimento ao superior hierárquico ou, quando cabível, à Comissão de Ética do órgão.
- (D) Zelar pela conservação do patrimônio público, comunicando imediatamente qualquer dano ou irregularidade verificada.
- (E) Manter-se atualizado quanto à legislação e às normas internas aplicáveis às suas atribuições funcionais.

52

A simplificação de processos é uma das estratégias da gestão pública moderna para melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão, reduzindo etapas desnecessárias, eliminando redundâncias e tornando os fluxos de trabalho mais ágeis e transparentes.

Assinale a opção que apresenta uma medida compatível com a simplificação de processos na Administração Pública.

- (A) Concentrar todas as decisões em uma única autoridade para evitar inconsistências entre as unidades do órgão.
- (B) Exigir do cidadão a apresentação de documentos que o próprio órgão já possui ou pode obter por seus próprios meios.
- (C) Mapear e redesenhar os fluxos de trabalho, eliminando etapas redundantes e reduzindo o tempo de resposta ao cidadão.
- (D) Manter procedimentos consolidados pelo uso, ainda que gerem retrabalho, para preservar a segurança jurídica dos atos administrativos.
- (E) Aumentar o número de etapas de aprovação interna para garantir maior controle sobre os atos administrativos praticados pelo órgão.

53

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) adotou o Sistema Eletrônico de Informações (SEI) como ferramenta oficial de gestão de documentos e processos administrativos da área-meio, tornando eletrônica a tramitação dos procedimentos administrativos do órgão.

Sobre o SEI no âmbito do MPES, assinale a afirmativa correta.

- (A) O SEI permite a produção de procedimentos administrativos em meio físico como regra geral, sendo o formato digital usado apenas em situações excepcionais.
- (B) Os documentos eletrônicos produzidos no SEI têm garantia de integridade, autoria e autenticidade mediante assinatura eletrônica baseada em *login* e senha pessoal do usuário.
- (C) Cada unidade do MPES atribui livremente a numeração dos procedimentos iniciados no SEI, de acordo com seus critérios internos de organização.
- (D) O SEI é utilizado no MPES exclusivamente para a tramitação de processos judiciais, não abrangendo os procedimentos administrativos internos do órgão.
- (E) A assinatura eletrônica no SEI não possui validade jurídica, sendo necessária a posterior confirmação em documento físico assinado pelo responsável.

54

Um Município do Estado do Espírito Santo decidiu transferir a uma empresa privada a execução do serviço de transporte coletivo urbano, mantendo sob sua responsabilidade a regulação, a fiscalização e a titularidade do serviço. O contrato celebrado prevê que a empresa será remunerada pela cobrança de tarifas dos próprios usuários.

Sobre a situação descrita, com base nos conceitos de serviço público, assinale a afirmativa correta.

- (A) Trata-se de descentralização por outorga, pois o Município transferiu à empresa privada a titularidade e a execução do serviço público.
- (B) Trata-se de concessão de serviço público, forma de delegação pela qual o poder público transfere a execução do serviço a um particular, mantendo a titularidade e a fiscalização.
- (C) Trata-se de prestação direta de serviço público, pois o Município permanece responsável pela remuneração da sociedade empresária contratada.
- (D) Trata-se de permissão de uso de bem público, modalidade aplicável quando o Estado cede espaço físico a particulares para fins comerciais.
- (E) Trata-se de privatização do serviço público, pois a sociedade empresária privada passa a ser a titular do serviço e a definir livremente as tarifas cobradas dos usuários.

55

Um servidor do setor administrativo do Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) foi designado para organizar os documentos acumulados em sua unidade.

Ao analisar o acervo, identificou três grupos: o primeiro contém processos administrativos encerrados há mais de dez anos, sem previsão de consulta futura, cujo prazo de guarda já se esgotou conforme a tabela de temporalidade; o segundo reúne documentos relativos à criação e à estrutura organizacional do MPES, considerados de valor histórico; e o terceiro contém processos em andamento, consultados diariamente pela equipe.

Sobre a destinação correta de cada grupo, assinale a afirmativa correta.

- (A) O primeiro grupo deve ser recolhido ao arquivo permanente; o segundo deve ser eliminado após digitalização; e o terceiro deve permanecer no arquivo corrente.
- (B) Os três grupos devem ser transferidos ao arquivo intermediário até que se defina sua destinação final, independentemente do prazo de guarda já cumprido.
- (C) O primeiro grupo deve ser imediatamente eliminado por decisão do servidor responsável, sem necessidade de autorização formal.
- (D) O primeiro grupo pode ser eliminado, observados os procedimentos legais; o segundo deve ser preservado permanentemente; e o terceiro deve permanecer no arquivo corrente.
- (E) O segundo grupo pode ser eliminado após digitalização, pois a preservação do documento físico é dispensável quando existe cópia digital.

56

A transição do modelo burocrático tradicional para o paradigma pós-burocrático transformou profundamente a forma como o Estado organiza e presta serviços públicos. Nesse novo contexto, a governança em rede emerge como arranjo organizacional em que múltiplos atores atuam de forma interdependente para a produção de resultados coletivos, sem que haja uma autoridade central que comande e controle todo o processo.

Considerando os desafios específicos enfrentados pelos gestores públicos nesse modelo, assinale a afirmativa correta.

- (A) Por seu caráter adaptativo e informal, a governança em rede dispensa a definição prévia de objetivos e a atribuição clara de responsabilidades entre os atores envolvidos.
- (B) A governança em rede reproduz a lógica burocrática de autoridade centralizada, pois a coordenação de múltiplos atores exige um comando único e uma padronização rígida de procedimentos.
- (C) A dispersão de autoridade e responsabilidade entre os participantes da rede facilita a aplicação dos mecanismos tradicionais de controle hierárquico e responsabilização individual.
- (D) A ausência de hierarquia formal nas redes elimina a necessidade de prestação de contas, pois a responsabilidade difusa entre os participantes impede qualquer forma de *accountability*.
- (E) A atuação eficaz em redes exige do gestor público habilidades de negociação, mediação e construção de confiança, em substituição ao comando hierárquico característico do modelo burocrático.

57

O modelo racional de Administração Pública pressupõe que os gestores são capazes de identificar todos os problemas, levantar todas as alternativas disponíveis, avaliar cada uma delas de forma objetiva e escolher a opção mais eficiente. Esse modelo orienta grande parte das estruturas e dos procedimentos da gestão pública tradicional, mas tem sido objeto de críticas importantes quanto às suas premissas e limitações.

Assinale a opção que apresenta uma limitação corretamente associada ao modelo racional de Administração Pública.

- (A) O modelo racional é criticado por conferir excessiva autonomia aos servidores públicos, permitindo que decisões sejam tomadas sem critérios objetivos ou controle institucional.
- (B) O modelo racional pressupõe uma capacidade humana de processamento de informações e de tomada de decisão que não corresponde à realidade, desconsiderando os limites cognitivos e os valores que influenciam o comportamento dos agentes públicos.
- (C) O modelo racional é inadequado porque prioriza a participação dos cidadãos nos processos decisórios, tornando a gestão pública lenta e suscetível a pressões políticas.
- (D) O modelo racional falha por apoiar-se exclusivamente em conhecimento empírico, sem oferecer fundamentos teóricos que orientem a ação dos gestores públicos.
- (E) O modelo racional é criticado por ter sido desenvolvido para o setor privado, sendo seus princípios incompatíveis com os valores e as finalidades da Administração Pública.

58

No Brasil, as reformas administrativas das últimas décadas enfrentaram o desafio de modernizar o aparelho do Estado sem perder de vista a necessidade de entregar serviços públicos de qualidade ao cidadão. Um dos nós críticos desse processo é a forma como o servidor público é visto e gerido: ora como custo a ser contido, ora como peça de um sistema hierárquico rígido, raramente como agente estratégico de transformação institucional.

Conforme esse diagnóstico, assinale a opção que identifica, corretamente, um obstáculo à modernização do serviço civil brasileiro.

- (A) A realização de concursos públicos periódicos para provimento de cargos, por garantir isonomia e transparência no recrutamento, constitui o principal entrave à modernização administrativa.
- (B) A estabilidade do servidor público, prevista constitucionalmente, impede qualquer forma de responsabilização por desempenho e inviabiliza a adoção de modelos de gestão por resultados.
- (C) A ausência de integração entre planejamento orçamentário e gestão de pessoas dificulta o alinhamento entre as competências dos servidores e as prioridades estratégicas do Estado.
- (D) O tratamento do serviço civil predominantemente como gestão de folha de pagamentos e negociação salarial, em detrimento de uma abordagem estratégica orientada por mérito, competências e resultados.
- (E) A descentralização administrativa promovida pelas reformas dos anos 1990 gerou tamanha autonomia nos órgãos públicos que tornou inviável qualquer política nacional de gestão de pessoas.

59

Um cidadão protocolou pedido de acesso à informação junto a um órgão público estadual, solicitando cópias de contratos celebrados com empresas prestadoras de serviços nos últimos três anos. O setor responsável negou o pedido, alegando que as informações solicitadas eram de uso interno e que sua divulgação poderia prejudicar o andamento das atividades administrativas.

Sobre a situação descrita, segundo a Lei de Acesso à Informação (LAI), Lei Federal nº 12.527/2011, assinale a afirmativa correta.

- (A) A negativa é legítima, pois informações sobre contratos administrativos são classificadas como sigilosas por envolverem dados financeiros sensíveis do órgão público.
- (B) A negativa é legítima, pois cabe ao órgão público definir quais as informações que podem ser divulgadas, tendo ampla discricionariedade para recusar pedidos que possam interferir em suas rotinas internas.
- (C) A negativa é ilegítima, pois a LAI estabelece que o acesso à informação é a regra e o sigilo é a exceção, sendo os contratos administrativos informações de divulgação obrigatória, independentemente de pedido.
- (D) A negativa é legítima, caso o órgão comprove que as informações solicitadas estão sob análise interna, podendo suspender o prazo de resposta por tempo indeterminado até a conclusão dos trabalhos.
- (E) A negativa é ilegítima somente se o pedido tiver sido formulado por entidade de imprensa ou organização da sociedade civil, pois esses atores possuem prerrogativas especiais previstas na LAI.

60

O controle social é um dos pilares da gestão pública democrática e se manifesta por meio de instrumentos como conselhos gestores de políticas públicas, audiências públicas, ouvidorias e portais de transparência. Para que esses mecanismos funcionem de forma efetiva, é necessário que os cidadãos tenham acesso a informações claras, compreensíveis e oportunas sobre as ações do governo. Na prática, porém, nem sempre esse acesso ocorre de forma plena e equânime.

Sobre a qualidade do controle social na gestão pública, assinale a opção que identifica corretamente um efeito da desigualdade no acesso à informação.

- (A) A publicação de dados governamentais em portais oficiais, por si só, garante a participação qualificada dos cidadãos e elimina as barreiras ao controle social.
- (B) A ausência de canais digitais de participação é o principal fator que compromete o controle social, tornando ineficazes os demais mecanismos presenciais de participação cidadã.
- (C) A desigualdade no acesso à informação enfraquece o controle social, pois dificulta a capacidade dos cidadãos de monitorar, avaliar e responsabilizar os gestores públicos por suas decisões.
- (D) O controle social depende exclusivamente da atuação de organizações da sociedade civil especializadas, sendo irrelevante o grau de acesso à informação por parte do cidadão comum.
- (E) A criação de conselhos gestores e de audiências públicas assegura, por si só, a simetria de informação entre o Estado e a sociedade, tornando desnecessários outros mecanismos de transparência ativa.

Redação

O direito a uma infância segura na era digital depende da superação da "terra sem lei" virtual. Em linhas gerais, foi essa a tônica do seminário "*ECA Digital: Proteção de Crianças e Adolescentes no Ambiente Virtual*", promovido pelo Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) por meio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CAO-DCA).

Com o auditório lotado por representantes das diversas redes de proteção, o evento debateu a implementação da Lei nº 15.211/2025, que estabelece diretrizes rigorosas contra a exploração da vulnerabilidade infanto-juvenil por grandes sociedades empresárias de tecnologia.

A nova legislação, que entrou em vigor em 17 de março, busca garantir que a proteção integral prevista no mundo físico seja efetivada no ambiente digital, coibindo práticas de monetização predatória e assegurando mecanismos de segurança configurados "de fábrica" pelas plataformas.

O evento reuniu representantes do Ministério Público e do Governo Federal para alinhar estratégias de fiscalização e educação digital. A realização do seminário contou com o apoio do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça de Defesa da Educação (Caoeduc) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), do MPMG, além da Secretaria de Comunicação do Governo Federal.

O Ministério Público de Minas Gerais debateu, nesse seminário, o problema da segurança infantil diante do ambiente virtual.

Você deve explorar o mesmo tema, acrescentando sugestões que possam dar mais eficiência às medidas já tomadas pela nova legislação. Seu texto, deve ter entre 20 e 30 linhas e ser redigido em linguagem culta.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30

Realização

